

Cultura(s) da Paz: uma introdução

Maximiliano Martin Vicente¹

*“A cultura de paz tem sido uma cultura escondida,
guardada viva nas rachaduras de uma sociedade violenta”.*

Elise Boulding.

No ano 2000, considerado pela Unesco como o Ano Internacional da Cultura de Paz, um grupo de contemplados com o Prêmio Nobel da Paz, entre os quais Nelson Mandela, Adolfo Perez Esquivel e o Dalai Lama, encabeçaram um Manifesto em favor da Cultura da Paz no qual se defendia um conjunto de medidas destinadas a promover o convívio pacífico entre as nações. Dentre outras, sobressaiam: o respeito à vida e à dignidade de cada pessoa, sem discriminação e preconceitos; a prática da não-violência ativa junto com a recusa a todas as formas de violência; a partilha do tempo e dos recursos materiais como forma de terminar a exclusão, a injustiça e a opressão; a defesa da liberdade de expressão e da diversidade cultural, com centralidade no diálogo; a promoção de um consumo responsável; e a contribuição para o desenvolvimento de cada comunidade, aí compreendida a plena participação das mulheres e o respeito aos princípios democráticos.

Entretanto, uma questão ficou em aberto: como se aplicariam esses princípios num mundo em transformação dominado pela hegemonia neoliberal materialista / consumista? A resposta pode estar nos estudos preocupados com a implementação da Cultura da Paz. Ao final, já faz décadas que essa questão tem despertado interesse de autores preocupados com a implementação da Cultura da Paz no âmbito mundial. Sem pretender esgotar o tema destacaremos alguns desses estudos destinados a avaliar como se tratou a questão da Cultura da Paz desde a ótica que privilegia os aspectos histórico-sociais.

Boa parte das revisões realizadas sobre os estudos da Cultura Paz identificam três grandes etapas históricas envolvendo essa questão (MARTINEZ GUZMAN, 2005, 2008; NOS ALDÁS 2008). A primeira (1930-1959), caracterizada como paz negativa, se insere no contexto das duas guerras mundiais do século XX, razão pela qual se identifica a Cultura da Paz como

1 Professor Adjunto do programa de pós-graduação em Comunicação. Departamento de Ciências Humanas, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP- Universidade Estadual Paulista, campus de Bauru SP.

a ausência de guerra. A segunda (1959 – 1990) constitui uma ampliação da primeira e se define como paz positiva, ou seja, além de não ter guerra a Cultura da Paz implicava em transformações capazes de minimizar as desigualdades sociais. Finalmente, a terceira (1990 - atualidade), incorpora uma nova variável em relação às concepções anteriores, pois entende a Cultura de Paz como uma alternativa à violência cultural e estrutural das sociedades.

López Becerra (2011, p. 2) afirma que a partir da década do sessenta, com a criação do Instituto para a Paz de Oslo, “as investigações (sobre a Cultura da Paz) envolveram temas como a justiça, a equidade, o bem-estar, os direitos econômicos e sociais, e, em alguns casos, o afeto, a solidariedade e outras formas de resolução pacífica dos conflitos”. Essa evolução merece uma reflexão mais detalhada já que as ações vindas dessas concepções apresentam um avanço nos estudos sobre a Cultura da Paz.

Com o passar do tempo, viu-se que a Cultura da Paz, entendida como a ausência de conflitos, não garantia a convivência harmônica entre as nações. Havia diversos pontos que precisavam de uma reflexão mais detalhada por influenciar, direta ou indiretamente, na geração de situações de conflito. Dentre outros, se apontavam a existência de estruturas sociais e econômicas injustas capazes, por elas mesmas, de provocar as mais diversas formas de confrontos, enfrentamentos e revoltas sociais.

Rawls (2002) foi um dos autores que pensou essas questões chegando, inclusive, a defender que as estruturas sociais e econômicas deveriam pensar-se de tal maneira que derivassem num maior benefício para os membros mais carentes da sociedade. Sua tese sobre a equidade era polêmica e instigante na medida em que se confrontava com o pensamento liberal clássico: como harmonizar a riqueza, nas mãos de poucos, com a pobreza, castigando a maioria da população? Os grupos dirigentes estariam dispostos a abrir mão dos seus interesses em benefício da coletividade? Rawls pressupõe que os mais favorecidos teriam que entender, de maneira altruísta, que sua situação confortável deveria submeter-se aos interesses da coletividade e dos mais necessitados, o que não deixa de ser uma utopia. Os resultados concretos provenientes de seu pensamento seriam as Políticas Afirmativas e de compensação que, nos Estados Unidos, de fato, permitiram a alguns setores mais carentes sair de uma situação precária e aceder aos bens públicos, ou seja, se tornaram cidadãos.

Depois dos anos oitenta, o mundo sofreu transformações estruturais profundas que afetariam diretamente aos estudos da Cultura da Paz. O que ocorre é um fenômeno mundial que implicou, pelo menos, três dimensões: deslocamento a escala mundial das atividades produtivas e financeiras, incremento de poder da especulação financeira e pujança das tecnologias da informação. Esse fenômeno, conhecido como globalização, fundamentado no neoliberalismo, elevou o processo produtivo a níveis nunca imaginados integrando a economia num contexto mundial limitando o nacionalismo e a autonomia, principalmente, dos países mais pobres. O resultado foi a liberalização dos mercados e a eliminação gradual de todas as restrições impostas à livre circulação dos capitais e das mercadorias com clara hegemonia dos centros mais industrializados.

Se juntamos os elementos anteriormente citados podemos identificar que há um princípio basilar no neoliberalismo – a supremacia da economia sobre as demais atividades – o que

nos leva à seguinte conclusão: a humanidade não recusará nenhum meio para conseguir os fins do mercado (HAYEK, 2000). López Berrera (2011), muito oportunamente, recorda que o neoliberalismo levanta um novo problema à Cultura da Paz e conclui que é necessário realizar o que denomina giro metodológico nos estudos da Cultura da Paz. Tal giro consistiria em pensar a Cultura da Paz, como prioridade social fundamental que envolva todos os setores e estruturas sociais e não apenas algumas organizações. Dessa forma se construiriam princípios e ações que valorizariam a Cultura da Paz desde múltiplas perspectivas. Vale lembrar que as estruturas sociais foram criadas como uma forma de minimizar as desigualdades sociais; mas, com o passar do tempo, ocasionaram a exclusão social e instauraram as injustiças, causadoras de inúmeros conflitos gerando situações tensas e antagônicas desvirtuando sua função inicial.

Entender as diversidades vivas e atuantes presentes nas relações sociais, nacionais e internacionais, passou a ser um dos temas inerentes à Cultura da Paz. O multiculturalismo, nesse contexto, foi ganhando adeptos despertando o interesse por novas formas na atuação social, algo realmente importante para os agentes promotores da Cultura da Paz. Para Hall (2006, p. 50),

O multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, entretanto, também como uma solução para os “problemas” que a presença de grupo raciais e étnicos coloca, no interior daqueles países para a cultura dominante. De uma forma ou de outra, o multiculturalismo não pode ser separado das relações de poder que, antes de mais nada, obrigam essas diferentes culturas raciais, étnicas e nacionais a viverem no mesmo espaço.

Entretanto, seria Peter McLaren (1997) quem sistematizaria e classificaria o multiculturalismo e suas manifestações. Para esse autor é possível englobar em quatro categorias as possíveis interpretações relacionadas com o multiculturalismo: a conservadora, a humanista liberal, a liberal de esquerda e a crítica de resistência. Na primeira inclui as visões que consideram o mundo ocidental (a cultura ocidental) como superior ao restante da humanidade. Já na segunda se encaixariam as versões que tratam as culturas de forma igualitária, sem superioridade de uma sobre outra, mas não reconhece as diferenças de gênero ou etnias dentro das próprias culturas. A terceira classificação congrega os estudos que reconhecem as diferenças de etnias e de gênero, mas não aceita as diferenças interculturais como resultado de um construto histórico peculiar a cada cultura. Finalmente, a quarta avança em relação às anteriores na medida em que se preocupa por compreender de que forma o discurso dominante constrói as representações e as identidades dos indivíduos. Como ele mesmo afirma essa conceptualização de multiculturalismo compreende a representação da raça, classe e gênero como resultado de lutas sociais que procuram transformar as relações sociais injustas ou opressoras dentro da sociedade.

Em um texto posterior (2000), McLaren explicita melhor os seus pontos de vista relacionados com o multiculturalismo. Após ter discorrido sobre o que denominou de multiculturalismo crítico apresenta o termo multiculturalismo revolucionário. Nele defende a ideia de que as culturas, além de serem vistas como plurais, sofreram a ingerência da sociedade que tentou ocultar e coibir suas manifestações aceitando, apenas, a cultura dominante, a do capitalismo. Ou seja, na nova interpretação, além de se ter que transformar as atitudes discriminatórias é necessário reconstituir as estruturas nas quais se assenta a sociedade e que ele denomina de estruturas capitalistas. Nas suas palavras

O multiculturalismo revolucionário não deve apenas acomodar a ideia do capitalismo, mas deve também defender uma crítica ao capitalismo e uma luta contra ele. A luta por libertação com base em raça e gênero não deve permanecer desligada da luta anticapitalista. Muitas vezes, a defesa da diversidade e do pluralismo pelos apóstolos do pós-modernismo é uma rendição às mistificações ideológicas do capitalismo. (MCLAREN, 2000, p. 284)

Se levarmos essas considerações ao extremo vemos que McLaren responde aos que viam o multiculturalismo, apenas, como uma convivência entre culturas. Ele vai mais longe na medida em que identifica nos comportamentos sociais uma reprodução das estruturas sociais, razão pela qual advoga a transformação estrutural da sociedade. McLaren (2000, p. 284) quer que

[...] o multiculturalismo revolucionário reconstitua as estruturas profundas da economia política, da cultura e do poder nos arranjos sociais contemporâneos. Ele (o multiculturalismo) não significa reformar a democracia capitalista, mas transformá-la, cortando suas articulações.

Relacionar a Cultura da Paz e o Multiculturalismo demandou um posicionamento epistemológico inovador para os estudos da Cultura da Paz. Implicou rejeitar posturas e pontos de partida clássicos e adotar enfoques ignorados ou deixados de lado quando se tentaram solucionar conflitos. Boaventura de Souza Santos (2004, p. 6) é um dos autores que auxiliou nessa tarefa, dando pistas bastantes claras para os agentes e instituições preocupadas com a implementação da Cultura da Paz. Sustenta que

[...] o que foi até agora uma sólida elaboração conceptual a partir do Norte, precisa cada vez mais de aprender com o Sul e as suas singularidades. A materialização desta aprendizagem permitir-lhes-á reinventar o seu teor emancipatório e libertar-se da práxis social e política que têm subscrito até agora.

A mudança de enfoque não é uma simples mutação no sentido de dizer que agora rejeitamos o Norte e adotamos o Sul como referencial de atuação. O que implica essa inver-

são é reconhecer que houve sim uma hegemonia cultural que precisa se abrir para outros pensamentos e interpretações, ou seja, é necessário apreender que existe o Sul, é fundamental ir para o Sul e apreender a partir do Sul e com o Sul tal como sugere Boaventura Souza dos Santos. Isso nos faz ver que existem multiplicidade de saberes e de formas de pensar o que nos levar a defender o diálogo intercultural incluindo o Norte nessa dinâmica. Santos sugere que existe uma infinita pluralidade de saberes que devem ser conjugados na hora de pôr em prática ações que interfiram no andamento social. Numa passagem, já considerada clássica, define o que entende por ecologia de saberes:

[...] um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer. Assentam em dois pressupostos: 1) não há epistemologias neutras e as que clamam sê-lo são as menos neutras; 2) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais (SANTOS, 2006, p. 154)

Torna-se necessário a valoração da diversidade em geral e, particularmente, a cultural, como uma fonte de enriquecimento para as relações que se estabelecem entre os grupos e as pessoas de cada sociedade. Aprender a ver, perceber, reconhecer e valorizar as experiências pacíficas e no violentas; criar situações educativas que nos permitam aprender a viver e desfrutar de uma convivência intercultural não isenta de conflitos e problemas e reconhecer a riqueza e complexidade de nossas realidades sociopolíticas parecer ser um dos caminhos a ser trilhado pela Cultura da Paz. Dessa maneira as investigações e os resultados obtidos para implementar a Cultura da Paz podem oferecer uma perspectiva enriquecedora para tentar compreender e explicar as complexidades e nuances da atualidade.

Se a cultura colabora para promover a mudança de estrutura, quem trabalha para a favor da Cultura da Paz tem que fazer uma leitura crítica e contextualizada do presente. O presente aclara as contradições do momento, mas não altera uma civilização de maneira rápida e radical. Quem aceita a Cultura da Paz entende que as mudanças se manifestam de maneiras diferentes e que afetam a todos os componentes da vida social, tanto os visíveis (objetividade) como os invisíveis (subjetividade). A Cultura da Paz exige a crítica e, se necessário, o choque com quem não quer aceitar a alteridade como legítima e válida.

O que se propõe não é um caminho fácil pois em alguns momentos gera o conflito no sentido de confrontar os posicionamentos individuais com os coletivos. Respondendo à pergunta inicial de como se aplicariam os princípios defendido pela ONU num mundo em transformação dominado pela hegemonia neoliberal materialista/consumista, a adoção do multiculturalismo emerge como um fator essencial para se construir Cultura(s) da Paz calcadas na aceitação da diversidade e assentadas na compreensão e dialogo destinado a entender e assimilar as divergências vivas e presentes num mundo cada vez mais globalizado.

* * *

O dossiê, a seguir, apresenta diversos aspectos da Cultura da Paz. Fabricio Forastelli no artigo: “Filosofia para fazer as pazes: um esboço biográfico-intelectual de Vicent Martínez Guzmán” apresenta uma reflexão da vastíssima obra do professor Vicent Martínez Guzmán e sua contribuição para os estudos da Cultura da Paz desde a Cátedra Unesco de Filosofia para a Paz da Universitat Jaume I da Espanha. O trabalho desenvolvido pelo professor Fabricio evidencia a estreita relação da obra de Guzmán com os principais debates e perspectivas do campo da investigação para a paz, notadamente com a elaboração de seus fundamentos normativos, éticos, filosóficos e comunicacionais, o que a tornou uma referência obrigatória na hora de pensar na transformação da esfera pública tendo como base de sustentação a cultura da paz.

Irene Comins Mingol, autora do texto: “Para uma refundação da intersubjetividade: a Cultura de Paz desde uma perspectiva de gênero”, brinda ao leitor com uma intensa reflexão sobre o conceito de Cultura de Paz, abordado do ponto de vista dos direitos humanos, tomando como referência a questão do gênero. Mingol privilegia as contribuições de Betty Reardon, para quem uma Cultura de Paz é uma Cultura do Cuidar. E também relacionando a Cultura da Paz com os direitos humanos de terceira geração e educação, a autora reforça a ideia da necessidade de se recriar novas formas mais justas de se entender as questões do gênero para se ter uma sociedade mais igualitária assentada na coeducação como forma de se estabelecer a Cultura da Paz.

A reflexão apresentada professora Sonia Paris Albert: “O direito humano a culturas para a paz renovadas por meio de uma revalorização da racionalidade sentimental”, debate a importância da educação dos sentimentos como instrumento a ser utilizado na hora de as pessoas poderem distinguir e potencializar as ações voltadas para evitar a violência e promover os princípios da Cultura da Paz. Entretanto, lembra a autora, reforçar a educação dos sentimentos implica na valorização do corpo, por considerar que o corpo se materializa num espaço concreto no qual se desenvolvem as atividades, inclusive as que propiciam a valorização da paz. Nesse sentido a autora defende, também, a educação dos sentimentos como tema importante para se pensar numa sociedade capaz de valorizar os direitos e a cultura da paz.

“ECOCINE e Relações Públicas: estratégias integradas de sensibilização meio-ambiental para construção de uma cultura de paz”, artigo elaborada pela professora Raquel Cabral e tem como pano de fundo o programa mundial da Cultura da Paz, ratificado pelos países membros da Organização das Nações Unidas, no qual se apresentaram diretrizes para diversos campos temáticos, incluindo a questão ambiental. Paralelamente veicula tal problemática à sensibilização e à formulação de valores na sociedade inspirados na Cultura da Paz. Sobressai no texto o papel reservado para o profissional de Relações Públicas como agente ativo na estruturação de ações de responsabilidade social. Tais relações são pautadas pelo despertar da consciência social solidária e compromissada com uma imagem sustentável do futuro.

“Os movimentos sociais e jornalismo em Espanha. A proposta pacífica e transversal”, de Alex Iván Arévalo Salinas e Francisco Javier López Ferrández, mostra como um

programa de televisão pode contribuir na elaboração de soluções pacíficas em situações de conflito, como foi o caso do problema habitacional na Espanha. Aqueles que perderam sua moradia encontram – no programa televisivo “O noticiário Sim” – um espaço para expor sua situação humanizando o conflito, em contraposição a uma visão fria e abstrata veiculada meios convencionais. Assim contribui, de forma efetiva, na busca de soluções, assentadas na Cultura da Paz, diante da crise habitacional enfrentada por uma parcela significativa da população.

Referências

- HAYEK, Frederick. *Camino de servidumbre*. Madrid: Alianza, 2000.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- LÓPEZ BECERRA, Mario Hernán. Reflexiones sobre las desigualdades en el contexto de los estudios de paz. *Revista Paz y Conflictos*, Granada, Universidad de Granada, n. 4, p. 121-135, abril 2011.
- MARTINEZ GUZMAN Vicent. *Podemos hacer las paces*. Castellón: Henao Desclee De Brouwer, S. A., 2005.
- _____. *El papel de la sociedad civil en la construcción de la paz: un estudio introductorio*. Barcelona: Documento de Trabajo 1. Icaria-Editorial, 2008.
- MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 1977.
- _____. *Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- NOS ALDÁS, Eloisa et al. *Comunicación y construcción de paz*. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo*. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.